

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE DIFERENTES FORMAS DE APLICAÇÃO DO MÉTODO DE OLIMPIADAS DE BIOLOGIA

Lucas Eduardo da Silva¹; Daniela Beatriz Lima Silva Viana²;

José Afonso da Silva Galhado³;

¹Instituto Federal do Triângulo Mineiro, lueduardosilva@gmail.com

²Instituto Federal do Triângulo Mineiro, danielalima@iftm.edu.br

³Instituto Federal do Triângulo Mineiro, afonso_dasilva19@hotmail.com

Introdução

Atualmente tem-se conhecimento de que a principal forma de avaliação do desempenho de alunos e instituições de ensino são as conhecidas “provas”, a exemplo da Prova Brasil e do exame nacional do ensino médio (ENEM). Outras avaliações mais específicas dão ainda maior foco à competição entre os alunos do que à avaliação do conhecimento do aluno, como as famosas Olimpíadas de Matemática, de Física, entre outras. Rezende e Ostermann (2012) questionam a prática das olimpíadas escolares, defendendo a colaboração nos processos educativos, e argumentando contra o perigo que a competitividade pode trazer, especialmente quando ocorre entre estudantes já pré-selecionados por seu capital cultural. Embora a competição nunca tenha estado de fato fora da escola e do sistema educacional, os autores ressaltam o risco de cair na meritocracia. Para Bourdieu e Passeron (1975), o capital cultural - entendido como toda cultura adquirida pelo sujeito, de acordo com seu hábitos e sua classe social - é o fator de maior impacto no destino escolar dos alunos/cidadãos. O presente trabalho tratará sobre a “Olimpíada de Biologia” realizada dentro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, em escolas estaduais de Uberaba, MG. Nosso principal objetivo foi aplicar essa forma de avaliação em duas escolas de realidades distintas, comparando-as quanto às formas de resposta de participação ao método “Olimpíada”, além de avaliar a aceitação dos alunos, o desempenho, envolvimento dos alunos e da escola de modo geral.

Metodologia

Para que os resultados pudessem ter um bom comparativo, foram escolhidas para aplicação do projeto duas escolas com realidades distintas. Ambas são estaduais, sendo que uma delas (aqui chamada de “Escola 1”) está localizada em uma região mais central da cidade, enquanto a outra fica mais afastada do centro (“Escola 2”). Foi apresentado o mesmo projeto para ambas as escolas, um projeto tradicional de olimpíada de conhecimentos, com perguntas objetivas, de múltipla escolha com única resposta, no formato do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esse formato foi escolhido como base pois seria aplicado aos terceiros anos do ensino médio de cada escola, e como prestariam essa prova na metade do segundo semestre, já os auxiliaria nos estudos para o próprio ENEM. O modelo proposto serviria somente de base, dando ao professor junto à direção da escola total autonomia para fazer quaisquer mudanças que achassem cabíveis para adaptar o projeto a sua realidade, respeitando assim as limitações de cada espaço. A Escola 1 usou exatamente o modelo proposto, 30 questões de biologia para serem resolvidas individualmente em uma hora e 30 minutos, ou seja, três minutos por questão, como simulação do próprio ENEM. As premiações nessa escola foram: 3 pontos de participação do evento, 3 pontos de desempenho na prova, e premiações aos 3 primeiros colocados com troféus, medalhas e chocolates. Esse modelo foi adotado pela escola por já estarem preparando seus alunos para os vestibulares, e medir seu desempenho individual

seria melhor para saber quais eram as maiores dificuldades dos alunos, e assim guiar intervenções posteriores. Já na Escola 2 algumas mudanças foram feitas pelo professor das turmas, pois o mesmo julgou necessário adequá-las para aquele ambiente. As questões e o formato foram mantidas, porém não seria de forma individual, e sim por equipes de até seis alunos, que puderam consultar livros e cadernos, sendo proibido qualquer outro tipo de material, como celulares e outros aparelhos eletrônicos em geral. A prova foi realizada também em uma hora e 30 minutos, porém a correção foi feita proporcionalmente à quantidade de questões realizadas, pois não havia como prever quantas questões seria possível responder em grupo naquele período de tempo. Exemplo: Se 10 (dez) questões foi a quantidade máxima realizada por determinado grupo, no tempo estipulado, esse seria o número utilizado para atribuir a pontuação (ou seja, a pontuação total seria dividida por 10, nesse caso, para cálculo do valor de cada questão). Os alunos foram encorajados a responder o máximo que conseguissem no tempo determinado. As formas de premiação foram bem semelhantes à da Escola 1: 3 pontos de participação no evento; 3 pontos de desempenho na prova; e premiações aos 3 grupos melhores colocados, com troféus, medalhas, chocolates e a emissão de um certificado da diretoria como vencedor daquela competição.

Resultados e discussão

A aceitação do projeto pelas escolas e pelos alunos foi extremamente satisfatória em ambos os espaços, o clima de competição aliado ao estudo resultou em desempenho e interesse. Rezende e Ostermann (2012) tinham razão quando disseram que os mais favorecidos têm vantagens decisivas, e pudemos comprovar isso com a Escola 1. O primeiro colocado – acertou 27 questões de 30, e hoje cursa medicina na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) – em seu discurso no ato da premiação disse que estudava oito horas por dia além do que já estudava na própria escola. Isso faz pensar sobre a meritocracia, e sobre por outro lado sobre o fato de que nem todos provavelmente tiveram as mesmas oportunidades/condições de estudo. Outro fato observado nessa escola que merece destaque foi que muitos alunos não se julgavam bons o suficiente não se dedicaram, pois sabiam que por se tratar de uma competição não ganhariam, por julgarem ter outros candidatos “melhores” do que eles. Embora o projeto tenha sido bem aceito pelos participantes, comprovar que a competição – aplicada dessa forma, tradicional e individual – pode ser de fato mais perigosa que produtiva, e deixou dúvida sobre a real intenção/sentido desse tipo de aplicação. Dubet (2004) no trabalho intitulado “O que é uma escola justa?” fala justamente do perigo do modelo meritocrático; quando aplicado à competição de forma igual a todos, a dedução é de que todos tiveram as mesmas condições de preparação para tal, logo os alunos que não tiveram rendimento satisfatório, param de ser vistos como vítimas e passam a ser responsáveis por seu fracasso, pois a escola lhes deu a oportunidade de ter sucesso como os que tiveram, o que parece não condizer com a realidade escolar e cultural. Por outro lado, a aplicação na Escola 2 foi em sua totalidade satisfatória. A Olimpíada ocorreu de maneira diferente do previsto, com resultados bem positivos. Nessa outra prática foi possível refutar as idéias de Rezende e Ostermann, e a competição não funcionou como um vilão dessa vez. O possível motivo do resultado ter sido tão diferente foi o projeto não ter sido utilizado como avaliação individual, nem como forma de medição para saber quem era o mais ou o menos capacitado em resolver as questões. As turmas foram divididas e foram criados grupos de até seis alunos. Os grupos foram decididos pelos próprios alunos, que logo formaram equipes com indivíduos dos seus respectivos círculos de amizade. Pressupõe-se com isso que eles não estavam preocupados com quem sabia mais ou quem sabia menos, pois sabiam que o “peso” da responsabilidade estava dividido. Em nenhum momento os professores interviram quanto à divisão dos grupos. A competição havia tomado outra forma; até mesmo os alunos julgados “mais problemáticos” ou

“menos capazes” pela comunidade escolar se sentiram motivados pela força do grupo, pois sabiam que os amigos precisavam deles. Sem saber qual era o melhor grupo e com a possibilidade de consulta dos materiais, todos tiveram a esperança de vencer e foi nítido o envolvimento e empenho de todos os alunos. Os resultados apresentaram uma menor discrepância de desempenho no geral se comparado com a Escola 1, pois nenhum grupo teve rendimento negativo, independente de terem usado consulta ou não. Infelizmente naquele ano nenhum dos alunos da Escola 2 conseguiu ingressar em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública - como citado no caso anterior -, porém a sensação de estar mais próximo de ter formado cidadãos (como prevê a da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, IV seção, no Art. 35º), não pela competição, mas principalmente pelos processos educativos, é extremamente prazerosa. Tratar o aluno como pessoa, um ser em sua totalidade, e não como mais um número, faz toda a diferença na experiência de iniciação à docência, tanto no ambiente escolar quanto perante a sociedade. “A busca de um ensino mais reflexivo e contextualizado está em sintonia com esse enfoque que persegue também os objetivos de formar um cidadão crítico, capaz de interagir com a sociedade”. (PINHEIRO, 2007, p. 85).

Conclusões

Por meio dos resultados obtidos, entendemos que a competição em si não é um problema, mas depende de como ela é utilizada. Pode ela ser uma ferramenta ou uma arma. Formar cidadãos é muito mais que algo técnico, e respeitar o capital cultural de cada indivíduo pode ser o principal foco no combate de competições exclusivas, que valorizam somente o sucesso de quem as conquista. Esquecer/ignorar os que ficam pelo caminho é cruel levando ainda mais em conta quando se associa isso como culpa única e exclusivamente de quem “ficou pra trás”.

Palavras-Chave: Processo educativo; Competição; Olimpíada de Biologia.

Fomento

Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Escola Estadual Nossa Senhora da Abadia, Escola Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Referências

- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Gráfica do Senado, 1996.
- DUBET, F. O que é uma escola justa? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set-dez, 2004.
- REZENDE, F; OSTERMANN, F. Olimpíadas de ciências: uma prática em questão Ciência & Educação (Bauru). São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, v. 18, n. 1, 2012, pp. 245-256.
- PINHEIRO, N. A. M. Formar cidadãos crítico-reflexivos: a contribuição da matemática. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 28, n.1, p. 81-92, jan./jun. 2007.